



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## PRODUÇÃO DO GÊNERO EM BRANCO E NEGRO: memórias da repressão

Sandra Maria Nascimento Sousa

Universidade Federal do Maranhão- Brasil

[sandramns@terra.com.br](mailto:sandramns@terra.com.br)

Não se percebeu até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução (BENJAMIN, 1994).

As histórias que aqui são narradas produzem gêneros inteligíveis, no sentido de que “mulheres” são as narradoras, assim como produzem “cores e marcações étnicas”, no sentido da construção de narrativas que marcam especificidades de gênero e etnia. Rotulá-las de *produção em branco e negro*, reduz, porém, a combinação e a mistura que derivam delas, isto porque, no contexto histórico dos anos 1970 e 1980, tudo é marcado por polaridades e extremos. Sistemas binários, que reduziam complexidades e pluralidades, dividiam sujeitos brancos e negros como opostos, assim como homens e mulheres como complementares.

É desse momento, que recorro narrativas de mulheres que vivenciaram as asperezas de um regime político, durante o governo dos militares, que anunciava o desespero e a morte para aqueles que, nos limites de um discurso liberal, exigiam democracia, respeito às diferenças de classe, ideológicas e às diferenças de gênero e cor da pele.

Em finais da década de 1990 e começando o ano 2000, quando iniciei este estudo, tinham em média 37 a 50 anos de idade, atuavam como professoras universitárias, líderes de organizações não governamentais, presidentes de sindicatos, integrantes de grupos feministas ou de grupos de mulheres em associações de moradores de bairros periféricos. Haviam participado ativamente das lutas sociais que focavam os regimes socialista e capitalista como radicalmente contraditórios e opostos. Defendiam uma sociedade justa e igualitária, inseridas, desde muito jovens,



em organizações políticas, em comunidades de base católica, em movimentos estudantis, em partidos designados como de esquerda<sup>1</sup>.

Disponibilizaram parte de seu tempo para contar histórias em que se afirmaram politicamente como sujeitos-agentes de transformações sociais, saindo de seus núcleos familiares, quando contrariavam pais e mães e constituindo outros núcleos, com parceiros de ideologias comuns, assumindo em meio às tensões políticas, outras configurações de relações íntimas e amorosas, percebendo mais claramente que os nós das *desigualdades de poder* não se fincavam somente na questão de classe social, mas, também, na questão de gênero e de etnia.

Nessas vertentes suas atuações se constituíam mais transgressoras, pois transformar significava desviar-se de caminhos normativos estabilizados, sinônimo de “ordem” na sociedade em que vivemos.

Suas narrativas são, portanto muito significativas para o registro da atuação das mulheres que não estavam invisíveis no cenário dos anos 1970/1980, pois todos as viam e ouviam seus ruídos. Contudo, se foram destacadas, foi para acusá-las, muitas vezes, de estarem contestando feminilidades e modelos de família ou, ainda para imporem questões sobre *ser mulher negra*, não só como sendo hierarquicamente inferior à mulher branca, mas, também, por, em meio à discussão do racismo, sobreporem “essas questões” de mulher à discussão da “negritude”, como foi dito por uma das narradoras referindo-se à fala dos homens negros que integravam o CCN<sup>2</sup>.

A narrativa, segundo Benjamin (1994) é uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o puro em si da coisa narrada como uma informação, ou um relatório. No ato de narrar, os sujeitos despreocupando-se de fornecerem as explicações colocam as circunstâncias que envolvem suas vidas, os acontecimentos e, mesmo que os avaliem, deixam mais soltas as rédeas da imaginação, o que implica numa amplitude maior da narrativa ante a informação. Para, então, que conheçamos melhor as experiências vividas destas mulheres, começamos com Cíntia<sup>3</sup> que lembra:

---

<sup>1</sup> No contexto dos anos 1960/1980, se alinhavam os Partidos Políticos, como sendo de esquerda ou de direita, vinculando-os respectivamente àqueles que defendiam a construção do Socialismo como sistema de produção e regime de governo da Nação, e àqueles que postulavam-se solidários ao regime capitalista.

<sup>2</sup> Centro de Cultura Negra do Maranhão

<sup>3</sup> Neste artigo destaquei nomes fictícios para as narradoras, conforme me foi solicitado por algumas delas no momento de realização deste estudo.



Quando fizemos a 1ª Semana do Negro no Maranhão, em maio de 80, aí começaram a aparecer os negros. Nossas propostas iniciais, além dos estudos, eram de levar o movimento às escolas, discutir com os alunos, ir a sindicatos. Parecia que tendo uma coisa nova e, as pessoas diziam: ah! Querem fazer como nos EUA. Separar brancos de um lado, negros, do outro, querem inventar uma coisa que não tem... Me propuseram ser presidente da organização, mas eu era muito tímida e o movimento já estava se revelando muito polêmico Convidamos um médico negro, que era muito respeitado...ele assumiu a presidência, mas quem resolvia tudo era eu. Fiquei à frente de tudo até o final dos anos 1980 e, esta foi uma década muito promissora para as entidades negras que se firmaram em todos os estados.

Na sequência, Neuza rememora:

Na minha família a gente já sentia o preconceito contra o negro... mas isso não era uma discussão mais ampla, na escola, na vizinhança. Era como se não existisse isso no Maranhão... como se os negros não houvessem sentido ainda. E, eu sentia. No início dos anos 70/71, eu deixei meu cabelo ao “natural”, assim no estilo que chamavam “black-power”, o povo me chamava de Tony Tornado, aí é que eu fui sentir a barra ficar pesada. Depois, sugeri que fizéssemos um grupo de estudos para compreender o racismo, a história dos negros e, fiquei como coordenadora do grupo, eu tinha os contatos fora daqui, arranjei estatutos e, assim, nasceu o CCN (Centro de Cultura Negra).

Nestas narrativas fica evidente a preocupação com a diferença hierarquicamente marcada entre brancos e negros. Essa preocupação se converte na forma organizada de grupos de estudo e de reflexão crítica. Assumia-se a concepção de que a discriminação racial existia “lá fora”, nos EUA, no Brasil não. Pautando-se em imagens veiculadas em filmes e programas de televisão que destacavam a extrema segregação dos negros nos EUA e em nossa propaganda “cordialidade brasileira”, para muitas pessoas “isso era coisa inventada pelos próprios negros”. Segundo Lília Schwartz:

[...] a situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais, fossem quase um desígnio da natureza, e as atitudes racistas, minoritárias e excepcionais; na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envoltos no país de uma boa consciência, que nega o preconceito, ou o reconhece como mais brando (SCHWARTZ, 1998, p. 179).

Outro dado importante é o de que Cíntia ao alegar que era tímida para ocupar um cargo de liderança de grupo, na verdade reproduz o discurso normativo daquele contexto, segundo o qual as mulheres não teriam vocação para atuação em cargos de direção, ou liderança de grupos, o que seria, por sua vez um atributo da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

masculinidade. O pressuposto de uma essência feminina, referendado por discursos bio-psicológicos, acondicionados num sistema de relações heteronormativo, induzia ao afastamento das mulheres dos espaços considerados públicos.

Mais adiante Conceição destaca:

O ativismo é uma decorrência de um processo de politização da conscientização empírica das dificuldades. Desde cedo observava as condições de desigualdade na minha família. As dificuldades da minha mãe, a falta de sensibilidade que o machismo produz. Os impasses no casamento de meus pais, as dificuldades que eu encontrava, enquanto menina, adolescente, enquanto jovem negra, isso tudo foi me conduzindo ao que sou hoje. Meu pai era ferroviário, minha mãe, costureira. Tive sete irmãos e, meu pai costumava dizer que a única herança que podia deixar para os filhos era a educação, porque ele era semi-analfabeto. Em casa, embora eu fosse a mais velha, era tolerável que meu irmão mais novo chegasse, à noite, mais tarde e eu tivesse que chegar mais cedo. Eram os padrões. Havia toda uma cultura de tolerância em relação aos homens e de contenção em relação às mulheres. Eu era bastante rebelde e era assim... ter de lutar muito para ter o que considerava legítimo, o direito de sair de fazer os próprios horários, de escolher com queria casar, namorar. Na minha época tudo isso era uma grande batalha para as mulheres.

Se como o diz Michelle Perrot (1989), no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues, estas passam a ser presença viva e ativa quando lhes são possibilitados os registros de suas falas, a passagem das lembranças que povoam suas existências. Nestes recortes, todo o “narrado” atualiza um contexto de lutas persistentes pelas mudanças nas relações de gênero e pela erradicação de todas as formas de discriminação social, ressaltando a atuação de atrizes que vem à cena, deslocando fragmentos de uma imagem de mulher ideal, abstrata, universal e sem consistência nas condições sócio-históricas em que se inseriam as narradoras.

Os ideais normativos ao serem constituídos em discursos, tomam quase sempre a forma generalizante e as interpretações acadêmicas pretendem, em geral, abarcar uma única verdade sobre os fatos ou questões investigadas. A escuta dos sujeitos não pode ser reduzida a absolutizações. Dificilmente haverão encaixes perfeitos dos sujeitos nas condições sociais padronizadas e legitimadas. Uma outra narrativa, de Suellen, é ilustrativa quanto a esta afirmação.

Em nossa família eram sete mulheres e cinco homens. Todas as mulheres fizeram Universidade. Todas falam, todas se impõem, largam o marido. Eu sou de uma família de negras. Elas sempre foram tão liberais com relação aos costumes... a família de meu pai. Isso foi tão fundamental. A minha avó era a matriarca. Essa era a referência que eu tinha de mulher negra, alguém que é forte, alguém que todo mundo respeita. Eu entendo que não é fácil, eu sempre vi as mulheres negras trabalhando como vendedoras, como lavadeiras, como chefes de família, elas segurando a barra... eu não tinha o



referencial de viver em miséria, em palafita, sem educação. Eu dizia: eu não posso contar uma história triste para ser respeitada. Alguém disse; ah! Ela é burguesa. Eu dizia, eu não sei o que é isso, todo mundo tem direito a ter uma boa alimentação, saúde, educação, e, mesmo dentro do movimento negro, às vezes fica mal visto quem não trouxe uma história triste, de miséria, de violência. Uma tia minha tinha 89 anos, fumava, usava chapéu e foi a primeira mulher, aqui em São Luís que usava calça comprida.

Em estudos como os de Ecléa Bosi, Marina Maluf, Ma. Odila L. Dias e Teresinha Bernardo, entre outros, a memória feminina é tessitura rugosa, na qual linhas diversas se cruzam apontando essas intersecções existenciais de classe sócio-econômica, gênero e etnia, marcadas por diferenciações, que socialmente são transformadas em desigualdades profundas. São linhas da existência, com as quais vão sendo traçados desenhos que configuram os sujeitos designados como *indivíduos modernos*. Nesta última narrativa a referência identitária *mulher negra*, é espessada para apontar divergências que situam os sujeitos em diferentes níveis de classe social, sobretudo, por destacar as condições em que esta última narradora estrutura seu estilo de vida: a formação escolar, profissional, visões de mundo adquiridas em passeios por outras regiões, etc.

Para Sueli Carneiro<sup>4</sup>, as mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, alinhada com a perda do poder de dominação do homem negro, por sua sujeição ao homem branco, em sua situação de escravo, pela sujeição ao homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. Enquanto, a relação convencional de dominação e subordinação da Mulher tem como complementaridade a representação do *homem provedor*, temos o homem negro castrado de tal poder, enquanto escravo, e, posteriormente, enquanto aliado do processo de industrialização. Ressalta, ainda, que:

{...} as condições de vida em que vivia a população negra, durante a escravidão, não permitiam ao homem negro exercer sobre a mulher negra a opressão paternalisticamente protetora a que estavam submetidas as mulheres brancas {...} igualmente, as relações estabelecidas entre homens e brancos e mulheres negras, evidentemente, estavam longe de reproduzirem as formas de expressão características das relações de gênero entre os brancos (CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza; COSTA, Albertina, 1985, p. 43).

---

<sup>4</sup> Sueli Carneiro (Coordenadora Executiva do GELEDÉS-Instituto da Mulher Negra).



Verena Stolke (1991) entende que nas sociedades de classes, em geral, as diferenças de “sexo”, não menos que as de “raça”, são identificadas como fatos biologicamente significativos para interpretação das desigualdades e para justificar-se discriminações e exclusões. Nesse sentido, um processo ideológico fundamental é o de *naturalizar-se* essas desigualdades.

Desse modo, pelo viés da construção discursiva de uma unidade racial e cultural no Brasil, os grupos organizados de mulheres nos anos 1970, inicialmente, privilegiavam a “unidade” do grupo referido a uma possível homogeneidade em favor da luta de classes, ou da igualdade nas relações de gênero.

Stolke, reafirma, ainda, que a *naturalização* é uma formulação ideológica, que intenta superar as contradições inerentes à sociedade capitalista, tentando conciliar as disparidades entre o “ethos” da igualdade de oportunidades para todos e a real existência de uma situação de desigualdade e dominação sócio-econômica, em âmbito nacional e internacional. Desse modo, não é surpreendente que, constantemente as teorias científicas sobre *raça*, sejam reativadas para demonstrar a inferioridade mental inata dos negros, especialmente, quando estes se mobilizam fortemente para exigirem *a igualdade de direitos*. Por outro lado, ela ainda acentua:

Quando se quer que a condição social seja atribuída a deficiências naturais, as mulheres caminham para o palco central, como mães, como responsáveis por darem à luz e reproduzirem, seja uma classe ou uma nação”. Se a classe ou a nação é conceptualizada em termos essenciais, a capacidade procriativa das mulheres precisa ser controlada para perpetuarem os privilégios de classe e os nacionais com os raciais (STOLKE.1991.,110).

Outras lembranças constroem as histórias que são permeadas por entrecruzamentos de desigualdades. Desta vez, narra Rosa, uma mulher branca:

Hoje, olhando para trás, eu faço um recorte de gênero. Nós estávamos em todos os lugares, em todas as manifestações, em todas as práticas, mas nós precisávamos abrir mão de nossa identidade, que eu não sei se a gente sabia qual era, uma identidade feminina para poder concorrermos, competirmos com os homens, a nível interno nas organizações.. Hoje, eu olho como uma feminista, antes não. A gente fazia as ações mas, eram poucas as mulheres que chegavam a cargo de direção. Nas reuniões de partido, eram muitas. A Gente se vestia de homem, no dia a dia, como homem pra fazer as coisas. Tinha uma coisa importante que era a Revolução.

Em seguida, Irene relata:



Estive presa de 1972 a 1974, no próprio presídio, junto a outras mulheres, eu tive condições de refletir sobre a condição da mulher, sobre a minha própria condição. A própria Repressão me fez ver que tinha uma inserção política diferenciada, a do homem e a da mulher, tratavam diferente os homens das mulheres e, isso, era motivo de discussão no presídio. Eu saí da prisão e logo começou o Ano Internacional da Mulher, foi em 1975. Eu brigava no partido por causa da exclusão das mulheres, então eu já tinha um feminismo latente, que depois se consolidou com minha participação nos grupos de mulheres que formamos aqui e com mulheres que estiveram exiladas, por serem consideradas comunistas, na Europa.

Do mesmo modo, Soraia, narra:

Foi só quando eu comecei a ir a Grupos de Mulheres que eu comecei a entender “a diferença. Começo a perceber como o Movimento Sindical era extremamente machista, exclusivista. Para você ter uma idéia, basta dizer que aqui, no Sindicato, no começo, as Assembléias que tinham uns quinhentos homens, tinham, no máximo umas dez mulheres. Eu falava dos problemas sociais, dos trabalhadores me incluindo entre eles, sendo como eles. O meu discurso era igual ao deles.

Nestas narrativas, o destaque é dado à existência de uma possível homogeneidade dos sujeitos encaixados em determinadas categorias classificatórias, *trabalhadores, socialistas, comunistas, capitalistas*, entre outras. Não existem linhas de atravessamento do gênero. Este seria um “marcador secundário”, naquele contexto histórico. Aos poucos, estas mulheres vão tecendo histórias de construções e desconstruções em que aparecem os diversos modos de gendramento dos indivíduos.

Em suas memórias, o período de engajamento em grupos feministas foi um momento crucial, de muita ansiedade e agitação, no qual colocavam sua maior força de expressão naquilo que se dizia opor: as lutas gerais: pela instauração de um regime socialista e as lutas específicas: pelo combate às desigualdades de poder nas relações de gênero, etnia, diversidade de orientação sexual, uma discussão que se apoiava em simplificações que reduziam a complexidade do tecido social a unidades consideradas homogêneas e opostas.

Segundo Judith Butler<sup>5</sup>:

O sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão, que “não aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política (BUTLER, 1993, p.19).

---

<sup>5</sup> Judith Butler, filósofa contemporânea, autora de Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade (1993).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

O contexto dos anos 1980 favorecia que a noção de indivíduo moderno fosse a expressão dessa homogeneidade discursiva em que se apresentavam os sujeitos. As correntes feministas de então utilizavam “a mulher” como sujeito da política feminista. Uma perspectiva que incluiria todas as mulheres, consideradas pelo sistema heteronormativo. Teresa de Lauretis (1994) considera que, apesar disto os escritos feministas já traziam um potencial epistemológico radical, no sentido de conceber o sujeito social e as relações de socialidade de uma outra forma:

Um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, não apenas pela “diferença sexual”, e sim por meio de códigos lingüísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e de classe: um sujeito, portanto múltiplo em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido.

As experiências que foram realçadas nas lembranças destas narradoras são, portanto uma pequena amostragem do quanto se pode extrair trabalhando com vivências, sabendo escutar, aprendendo com “o outro”, aqueles e aquelas que estão anonimamente incluídos em categorias homogeneizadoras.

Destaco, a seguir, fala de Rosa, no momento em que articula o tempo presente ao passado:

Hoje, estou voltando aos poucos de um processo de revisão imenso. Penso que a militância nas questões de gênero, enquanto mulher negra, influencia bastante nas suas possibilidades amorosas. Acho que tem um impacto na tua consciência, em termos das escolhas que vais fazendo, de exigências que vamos incorporando, porque na medida em que você vai se tornando mais consciente das desigualdades de gênero, da questão racial, essas questões se transformam em critérios de escolhas, não é mesmo? Significa que determinados comportamentos passam a ser inaceitáveis ou inadequados para você. Por outro lado, a visibilidade que você vai adquirindo, passa a ser um fator de estancamento, de afastamento dos homens em relação a você. Na medida em que você passa a ser conhecida como uma feminista, ou uma feminista negra, isso reduz o teu espaço de escolhas possíveis {...} o mercado vai se estreitando e se transformando n uma questão complicada. Com muitas outras companheiras, paro e fico pensando, estamos sós. Temos dificuldades de encontrara parceiros. Estou sozinha há mais de dois anos. Passei por muitas crises nas organizações que havia criado, por conta de ter perdido meu último parceiro e, em seguida meu pai {...} saí um pouco do Brasil e só agora voltei. Estou aos poucos abrindo espaços para novas oportunidades.

Aproveito para ressaltar o efeito produzido pelas lembranças em termos da resignificação dos modos de viver e de relações com os outros,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

concordando com Suely Rolnik<sup>6</sup>, quando destaca que há todo momento estamos reconfigurando os desenhos que estabilizam as referências de nossa Identidade, configurando subjetividades outras que também serão interpeladas e modificadas. Nesse sentido, a identidade deixa de ser um conteúdo que o indivíduo adquire, ou “incorpora”, permanecendo como uma essência que se mantém fixa e imutável.

De acordo com Stuart Hall:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte e apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”.

Félix Guattari (1993) discute esse regime identitário em que se supõe a fixidez e a imutabilidade dos processos de singularização, destacando que as subjetividades são fluxos constantes de interrelações, entrecruzamentos. Podemos assim, pensar o indivíduo como um terminal. Esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade. Em síntese, a subjetividade resulta de entrecruzamentos, de determinações coletivas de várias espécies, sociais, econômicas, tecnológicas, de mídia, etc. Essas produções podem reproduzir os modelos dominantes de subjetividade, não deixando saída para os processos de singularização.

Os movimentos sociais de mulheres negras e brancas nos anos 1970 e 1980 são expressões dessa busca por singularidades e, em seus movimentos, reconfiguraram, não só, formas de sociabilidade entre os sujeitos, mas, principalmente, abordagens interpretativas sobre essas formas de relação.

Referências Bibliográficas:

---

<sup>6</sup> ROLNIK, Suely, psicanalista, autora do livro Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo (1989).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ALAMBERT, Zuleika. **Mulher**: uma trajetória épica. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A.1997.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**: Magia e Técnica – Arte e Política. São Paulo:Brasiliense,1994.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em Branco e Negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo:EDUC:Fundação Editora da UNESP,1998.

BOSI, Alfredo. **O Tempo e os Tempos**. In: Tempo e História. São Paulo:Cia. Das Letras, 1992

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Suely. SANTOS,Thereza e COSTA, Albertina: **Mulher Negra**: Política Governamental e a Mulher. São Paulo:Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina,1985.

CADERNOS PAGU (6/7). **Raça e Gênero** – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.Campinas-SP, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. **Da Cor ao Corpo**: a violência do racismo. In: Violência e Psicanálise – Biblioteca de Psicanálise e Sociedade, nº 3. Rio de Janeiro: GRAAL, 1986.

GOLDENBERG, Mírian e TOSCANO, Moema. **A Revolução das Mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GUATTAR, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e Estudo das Relações Raciais no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 54/julho, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HASENBALG, Carlos e SILVA. Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo. Ed.IUPERJ, 1992.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA. Heloísa Buarque de. **Tendências e Impasses** : o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

PERRON, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_ Práticas da memória Feminina. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.9, nº 18, ago/set, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, V. 5, nº 10, 1992.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: Transformações contemporâneas do Desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SAFFIOTI, H. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SARTI, Cynthia A. A Sedução da Igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica R. (org.) **Gênero sem Fronteiras**: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis-SC: Ed Mulheres, 1997.